



# 13<sup>a</sup> REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E  
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1905 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)

GT 03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

Jovens em conflito com a lei e suas experiências de privação de liberdade

Jorddana Rocha de Almeida - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Geraldo Magela Pereira Leão - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES; IFMG

A pesquisa investigou a condição juvenil de jovens em situação de restrição de liberdade, buscando compreender os sentidos que eles atribuíam às suas experiências e seus projetos de futuro. O referencial teórico e metodológico ancorou-se na Sociologia da Juventude e na Sociologia da Experiência. Trata-se de um estudo qualitativo, desenvolvido através de análise de documentos, observações participantes e entrevistas semiestruturadas com jovens. As experiências da medida socioeducativa de semiliberdade foram vivenciadas como desafiadoras, demarcadas por conflitos intra e intergeracionais. Alimentavam o desejo de sair da condição de contravenção e, ao mesmo tempo, não viam perspectivas de romperem os laços e compromissos com o mundo do crime. A relação com a dimensão do projeto de futuro era estabelecida pelos jovens de maneira muito distante, prevalecendo uma adesão ao tempo presente.

**Palavras-chave:** Educação; Juventude; Medidas socioeducativas; Experiência social; Projetos de futuro.

## 1 - Introdução

O combate à violência e à criminalidade entre a população jovem deveria ter como foco “a promoção dos direitos fundamentais como o direito à vida, e os direitos sociais preconizados na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), de educação, profissionalização, saúde, esporte, cultura, lazer, e viver em família” (SILVA; OLIVEIRA, 2012, p. 12). No entanto, o cenário de vulnerabilidade social vivido pelos jovens que estão em conflito com a lei no Brasil é marcado pela falta de proteção social. Na agenda pública, toma centralidade o debate em torno da redução da maioria penal, em detrimento de ações que garantam os direitos definidos na legislação. Esse quadro traz à tona a necessidade de desenvolvermos estudos e análises sobre as políticas que buscam garantir direitos sociais de jovens adolescentes em conflito com a lei.

O presente trabalho se propõe a apresentar os principais resultados de uma pesquisa realizada com jovens inseridos na medida socioeducativa de semiliberdade (MSE) do município de Governador Valadares – MG. O objetivo desta investigação foi analisar a condição juvenil de jovens em situação de restrição de liberdade, buscando compreender os sentidos que eles atribuíam às experiências da medida socioeducativa de semiliberdade e seus projetos de futuro. Essa unidade atendia adolescentes do sexo masculino com faixa etária entre 12 e 18 anos, podendo se estender até 21 anos de idade e tinha capacidade de até 20 jovens. Estes eram encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude, após serem sentenciados à MSE de semiliberdade. A investigação foi realizada através de um estudo qualitativo que envolveu a análise de documentos, observações participantes e entrevistas semiestruturadas com 16 jovens entre 13 e 18 anos entre 2015 e 2016.

## 2 - Condição juvenil de jovens em privação de liberdade: de que jovens estamos falando?

Partimos da ideia da juventude como uma categoria social – condição juvenil (ABRAMO, 2005; DAYRELL, 2007), abordada como condição social e, ao mesmo tempo, um tipo de representação na qual os jovens são percebidos como sujeitos de direitos em sua diversidade. Ao se redirecionar o olhar com foco na vivência da condição juvenil por jovens em situação de conflito com a lei, além de considerar as configurações do contexto das mudanças sociais da contemporaneidade que constroem e articulam diferentes modos de ser jovem, torna-se fundamental pautar as experiências vividas na MSE por esses sujeitos como elemento que também compõe a construção dos seus processos identitários.

Nesse sentido, o conceito de condição juvenil possibilita considerar as peculiaridades e diferenças que configuram o contexto vivido por esses jovens. Assim, buscamos compreender quem eram esses sujeitos inseridos nesta MSE e os aspectos que constituíam a condição juvenil deles. Através da constituição de um perfil geral dos jovens foi possível identificar alguns dos indicadores que compunham o retrato social do grupo pesquisado – escolaridade, raça, renda familiar, ocupação e escolaridade dos pais e responsáveis – e outros aspectos que compuseram a vivência da condição juvenil desses jovens, permitindo compreender o lugar social ocupado por esses sujeitos.

Em relação a dimensão da escolaridade destaca-se que a maioria dos jovens estavam em defasagem idade-série com ensino fundamental incompleto, além da forte marca do abandono escolar e desinteresse pela trajetória acadêmica, apresentando dificuldades de construir sentidos para a experiência escolar. Todos os jovens eram moradores de periferias e favelas, predominantemente na zona urbana e possuíam, junto com suas famílias, uma renda per capita muito baixa. A situação laboral dos pais e mães era, em sua maioria, marcada pela precarização, informalidade e/ou subalternização das ocupações e postos de trabalho, situação que também se repetia entre os jovens, que inseriram-se em ocupações temporárias e precárias desde a infância.

O conjunto desses aspectos nos permitiu compreender que estamos falando de uma condição social e juvenil específica, que ocupa um determinado lugar social: são jovens pobres, do sexo masculino, negros e moradores da periferia urbana. A condição juvenil desses jovens se constituía em um contexto sociocultural de vulnerabilidade, de relações sociais injustas, opressoras e violentas na perspectiva da violação de direitos sociais e de processos de desumanização. Tais processos estruturaram a posição dos jovens e de suas famílias, na estratificação social que repercutiam nas suas relações sociais, inserção e mobilidade social. Assim, foi possível compreender que esses jovens são produzidos socialmente como “marginais”, no sentido daqueles que estão à margem, socialmente invisibilizados.

### **3 - Os sentidos da experiência da MSE de semiliberdade e os projetos de futuro**

As experiências da medida socioeducativa de semiliberdade foram vivenciadas como desafiadoras, demarcadas por conflitos intra e intergeracionais, vistas pelos participantes como situações de teste e prova constante.

Identificamos 6 sentidos que mais reverberaram durante a pesquisa de campo realizada e que muito diziam sobre as experiências vividas. O primeiro deles denominamos do sentido da privação. Por meio do uso da metáfora “tô preso” compreendemos a dimensão concreta para os jovens do sentido de estar privado de liberdade. Era o aspecto mais desafiador para eles ao se perceberem sem o direito de ir e vir, de não poderem “fazer seus corres” e administrarem seus tempos e espaços em seus territórios. Tratava-se de uma experiência intensamente desafiadora, a qual os jovens precisavam lidar com um novo território e todas as regras, relações de poder, disputas, lógicas existentes tanto na relação institucional expressada pelas normas rígidas da execução da medida, através dos atores técnicos, agentes socioeducativo, juizado da infância e juventude; quanto na relação tensa com os outros jovens.

O outro sentido identificado foi o sentido da masculinidade. As expressões “virar homi” e “testar a fé” retratam as metades de uma mesma face: a reprodução e reforço na experiência da MSE de uma masculinidade hegemônica vivida nos territórios experimentados anteriores à semiliberdade. De acordo com Baker (2008) as exigências de uma matriz de gênero se transformam em normatizações absolutas, gerando hierarquizações, discriminações e/ou rotulações de gênero, podendo gerar inclusive manifestações de segregação e violência. Quando a questão se refere ao tornar-se “homem de verdade”, algumas determinações são mais latentes, tais como a busca de autonomia, independência e poder.

Esse sentido ficou nítido nas relações estabelecidas entre os jovens e os agentes socioeducativos e entre os próprios jovens, uma vez que se referiam às relações de constante tensão, desconfiança, insegurança, risco e conflito, especialmente no enfrentamento às posturas de controle de alguns agentes socioeducativos. Entre os jovens, foi possível identificar que havia também uma nítida relação de poder e necessidade de inverter a situação de opressão. Havia entre os jovens um código de ética (ZALUAR, 1994), através do qual eles construíam as suas próprias regras, uma espécie de conjunto de regras internas para além daquelas impostas pela MSE.

Outros dois foram o sentido estratégico e o sentido moral. O primeiro, refere-se a busca pela recompensa da liberdade. Foi possível perceber que os jovens precisaram, em curto tempo de vivência da MSE, compreender a lógica da semiliberdade (“pagar de boa”) para alcançar no menor tempo o seu maior desejo, que era ter de volta a sua liberdade. Nesse sentido, dialogando com Dubet (1998) e Leão (2006), compreendemos que os jovens construíam uma relação pragmática com a MSE. Eles estavam focados em cumprir a medida de semiliberdade com suas regras e padrões, da melhor maneira possível visando alcançar brevemente seu principal interesse: sair da condição de privado.

Já o sentido moral estava relacionado à ideia de ficar em dia com a sociedade, pagarem pelo o erro que cometeram e

voltar a ser livre. “Sair dessa vida” era uma potente expressão dos jovens sobre a ideia de saírem da “vida do crime” e o desejo de abandonarem essa vida para viver outra vida, aquela socialmente reconhecida como “correta”, “do bem”. A experiência da Casa adquiriu para os jovens um sentido de cunho moral, o qual se mostrou evidente a partir da articulação entre escola, trabalho e família, mas também em relação à dimensão religiosa. O discurso religioso da salvação pela conversão era, assim como os anteriores, reforçado na rotina coletiva da Casa de Semiliberdade.

Identificamos também o sentido de sociabilidade, resignificando a MSE de semiliberdade como espaço de encontro, de fazer amigos. As relações de sociabilidade só se tornaram concretas pelo fato de terem sido construídas pelos próprios jovens. Eles valorizaram e preservaram a dimensão da sociabilidade na vivência da condição juvenil, mesmo vivenciando a condição de privado. Isso significou que a dimensão da sociabilidade continuava sendo muito importante para esses jovens viverem a sua situação juvenil. Segundo Brenner *et al.* (2005), a sociabilidade se faz nos espaços de encontro entre os pares não regulados pelos adultos. Os jovens pesquisados conseguiram constituir esse espaço de encontro nos interstícios da execução da política de atendimento socioeducativo e nele fazer amigos, estabelecer interações, laços e vínculos, mesmo que frágeis.

Por fim, o sentido de liberdade também estava presente entre eles. Embora pareça contraditório, os jovens atribuíam à experiência da medida, o sentido de liberdade, compreendido nesta análise como possibilidade de acesso a outras experiências. A partir, daquela vivência, os jovens puderam ter acesso a espaços, experiências socioculturais, como também a outras e novas relações sociais e afetivas. Eles citaram experiências de lazer (tomar banho no rio, fazer caminhadas, jogar bola), cultura (ir ao cinema, dançar quadrilha) e de relações afetivas, especialmente com a educadora e outros jovens.

A partir dos sentidos que os jovens atribuíam às experiências da semiliberdade, eles alimentavam o desejo de sair da condição de contravenção, estimulados ou forçados pelo sistema socioeducativo e pelas famílias, mas, ao mesmo tempo, não viam perspectivas de romperem os laços e compromissos com o mundo do crime. A análise apontou que os jovens pesquisados viviam em permanentes situações trágicas e limítrofes. Eles estavam sempre no limite entre o mundo da medida e o mundo ilícito. Desse modo, os sentidos e significados das experiências estavam fortemente marcados por ambiguidades.

Em diálogo com Leccardi (2005), Velho (2003), Mellucci (2004), Dayrell *et al.* (2011), identificamos que a relação que os jovens estabeleciam com a dimensão do projeto de futuro era muito distante, prevalecendo uma adesão ao tempo presente. Eles resignificaram o futuro como o tempo das incertezas, do qual não se tem muito, ou quase nenhum, controle. E também resignificaram o tempo presente, de maneira a trazer para ele a busca pelos sentidos de existir e agir. O presente, para esta análise, também se transformou em presente estendido, e, assim, transformou também o tempo futuro em futuro presentificado.

Diante de um cenário não muito favorável, em que prevalecia a incerteza sobre o dia de amanhã, sobre as possibilidades de concretizar seus sonhos e desejos e sobre os rumos que dariam às suas vidas, emerge também a questão da necessidade de alimentar determinados desejos, mesmo que não na forma de projetos. Os jovens narravam as suas expectativas – de melhorarem de vida, dar uma vida boa para suas famílias, terminar os estudos, ter um emprego, ir para a igreja – acreditando que, de alguma maneira, seria possível romper com o próprio cenário no qual se encontravam no presente. No entanto, constatamos que tal ruptura exigiria desses sujeitos muito esforço, no âmbito subjetivo, bem como intervenções externas, isto é, suportes que possibilitassem novas formas de se perceberem no mundo e construir outros rumos para suas vidas.

Da mesma maneira, a análise dos dados apontou que as possibilidades de os jovens passarem do plano do desejo para o plano do concreto eram limitadas pela situação trágica de viver no constante limite entre continuar e sair da vida do crime, viver e morrer, ser regenerado e criminoso. O campo de possibilidades (Velho, 2003) constituído e acessado pelos jovens estava limitado aos contextos de pobreza e violação de direitos em que viviam. Assim também, os horizontes mais longos, bem como outras e novas escolhas se limitavam estruturalmente a esse mesmo campo de possibilidades, restando aos jovens horizontes encurtados com aquilo que já estava dado. Sendo assim, foi plausível afirmar que o domínio dos jovens pesquisados sobre os tempos da vida não era buscado pela elaboração de metas temporalmente distantes, mas em seu exercício no aqui e no agora.

#### **4 - Considerações finais**

Na busca por compreender a condição juvenil desses jovens, identifiquei algumas dimensões que se fizeram mais latentes nas análises realizadas, tais como família, escola, trabalho, sociabilidade e território. Essas dimensões retrataram com força os contextos socioculturais precários vividos por esses jovens, marcados por relações de exclusão, opressão, violência e vulnerabilidade social. Essa questão aponta para a emergência de pesquisas que desvelem esses processos que atingem parcela considerável de crianças e jovens adolescentes das famílias populares no Brasil.

O processo investigativo revelou a forte e significativa presença das ambiguidades na vivência dessa experiência de privação. Continuamente os jovens precisavam fazer escolhas ambíguas entre o tempo da medida socioeducativa e o tempo fora da medida, entre a sociabilidade vivida dentro e fora, as lógicas do território da “semi” e as lógicas dos territórios das “quebradas” e dos seus grupos. A ambiguidade estava presente também nas relações familiares e na elaboração de expectativas e perspectivas de futuro. Os jovens pesquisados precisavam lidar com a necessidade de administrar a constante situação limítrofe, com as diferentes circunstâncias em que eram colocados à prova, o que se

configurava como situações trágicas.

Ficou nítida também a dificuldade de traduzir de maneira concreta os princípios da política de atendimento socioeducativo no cotidiano da Unidade pesquisada. As análises revelaram os desafios enfrentados para não se deixar imergir nos discursos e abordagens parciais que veem suas atividades como voltadas para a reintegração, reinserção e/ou ressocialização dos jovens. Essas perspectivas terminam por limitar o potencial dos educadores e instituições de se constituírem como suportes concretos na vida deles. Uma das questões apontadas se referiu ao eixo da educação profissional, o qual pouco se fez realidade nas experiências dos jovens durante o cumprimento da medida socioeducativa.

A relação com a dimensão do projeto de futuro era estabelecida pelos jovens de maneira muito distante, prevalecendo uma adesão ao tempo presente. Diante da situação trágica que eles vivenciavam, na qual os horizontes eram tão curtos, as suas perspectivas eram fortemente colocadas no horizonte imediato.

A pesquisa permitiu compreender a importância de compreender os sentidos atribuídos pelos jovens às suas experiências e se fazem humanos em meio a processos duros que insistem em desumanizá-los. E desse modo, foi e continua sendo relevante para este trabalho a complexa dimensão da produção social da marginalidade. Questão que se abre, conjuntamente com esta pesquisa, para novas e necessárias investigações que contribuam para o redirecionamento do nosso olhar, da nossa postura e ação política e educadora e da produção do conhecimento sobre os sujeitos jovens em situação de conflito com a lei, que vivenciam constantes situações marcadas intensamente por ambiguidades, na sua condição trágica de viver sempre no limite, no fio da navalha.

### Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira* – Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.p. 37-72.

BARKER, Gary T. *Homens na linha de fogo: juventudes, masculinidade e exclusão social*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.): *Retratos da juventude brasileira* – Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 175-214.

DAYRELL, Juarez. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.

\_\_\_\_\_; LEÃO, Geraldo; REIS, Juliana, Batista dos. Juventude, projetos de vida e ensino médio. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out. – dez. 2011. Disponível em: <[www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>. Acesso em: 16 ago. 2013.

DUBET, François. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. *Contemporaneidade e Educação*, n. 3, p. 27-33, mar. 1998.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Experiência da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborada por jovens pobres. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n. 1, p. 31-48, jan/abr. 2006b. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27996/29782>>. Acesso em: 27 mai.2017.

LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. *Tempo Social*. v.17, n.2, nov. 2005.

MELUCCI, A. *O Jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; OLIVEIRA, Raissa Menezes de. *Nota Técnica n. 20: O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários*. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25621](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25621)>. Acesso em: 18 ago. 2015.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.